



Caráter exordial de um gênero de discurso diplomático

Jonatas Henrique da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: jonatashenrique.linguistica@gmail.com

Resumo: Este artigo tem a finalidade de analisar algumas funções argumentativas do gênero discursivo “pronunciamento de abertura em fóruns diplomáticos multilaterais”. Como estudo de caso, foi selecionada a intervenção de Antonio Guterrez, atual Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), proferida na abertura do Debate Geral da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), ocorrida nos idos de setembro de 2023. Os resultados mostram que a configuração da situação comunicativa e o papel institucional do orador conferem ao gênero em questão um caráter exordial, pois, para além da anterioridade cronológica da elocução, o pronunciamento teria como objetivo preparar cognitivamente, intersubjetivamente e emocionalmente o auditório, amplificando certos valores diretrizes da entidade.

Palavras-chave: *Discurso diplomático. Argumentação. Gêneros discursivos. Exórdio.*

Abstract: The purpose of this article is to analyze some of the argumentative functions of the discursive genre “opening speech in multilateral diplomatic forums”. As a case study, we selected the speech by Antonio Guterrez, the current Secretary-General of the United Nations (SGNU), delivered at the opening of the General Debate of the 78th United Nations General Assembly (UNGA), which took place in September 2023. The results show that the configuration of the communicative situation and the institutional role of the speaker give the genre in question an exordial character, since, in addition to the chronological anteriority of the elocution, the speech would aim to prepare the audience cognitively, intersubjectively and emotionally, amplifying certain guiding values of the entity.

Keywords: *Diplomatic discourse. Argumentation. Discursive genres. Exordium.*

INTRODUÇÃO

A diplomacia é um conjunto de práticas, de instituições e de atores cuja história se confunde com a história das sociedades humanas. De maneira bem geral, trata-se de uma atividade pela qual povos diferentes interagem entre si por meios não violentos. O objetivo central de uma interação diplomática, em uma acepção contemporânea, é reunir representantes de Estados independentes — bem como organismos multilaterais, organizações internacionais não governamentais, empresas multinacionais ou transnacionais, movimentos sociais globais — para resolver conflitos e estabelecer parcerias mediante estratégias comunicativas de negociação (Nicholson, 1994; Bull, 2002). Essa seria uma acepção alargada do termo *diplomacia*.

Do advento dos Estados modernos, a partir do século XV, até o momento atual, foi-se forjando, paulatinamente, o que os estudiosos em Relações Internacionais denominam de *sociedade global* (Ramos, 2022). Trata-se de um fenômeno sócio-histórico de intensificação, complexificação e de institucionalização das interações entre os grupos humanos, para além das divisas geopolíticas, econômicas, sociais e culturais existentes, mas que, em muitos aspectos, ainda as tomam como referencial. No curso desse processo, a noção de diplomacia foi se refinando e, atualmente, é entendida como um aparato de gestão dessas relações por um corpo de representantes oficiais (Franchini Neto & Turner, 2021).

Considerando que, assim como as demais atividades humanas, a diplomacia também é atravessada por toda sorte de situações comunicativas e de discursos, é necessário que lancemos um olhar mais detido sobre as práticas discursivas que constituem essa dimensão da vida social, a fim de conhecermos seus traços distintivos, bem como suas aproximações com práticas discursivas outras.

Com base em tais premissas, apresento um gesto de análise de uma dessas práticas discursivas. Ele integra uma agenda de pesquisa de mestrado, atualmente em fase de desenvolvimento, que busca estabelecer uma ponte entre os estudos contemporâneos em Retórica e Argumentação — desenvolvidos no âmbito da Análise do Discurso — e os estudos sobre diplomacia. Mais especificamente, interessa-me entender o funcionamento dos discursos diplomáticos, dando destaque aos fenômenos argumentativos em intervenções de autoridades diplomáticas durante reuniões de organismos multilaterais. Em outros termos, o foco é compreender os mecanismos languageiros de persuasão e de influência ativados pelos sujeitos engajados em interações diplomáticas em uma escala global.

Para este artigo, proponho-me discutir a seguinte questão: De que modo as características do gênero “pronunciamento de abertura em fóruns diplomáticos multilaterais” elucidam as funções

argumentativas relacionadas ao caráter introdutório (exordial) da enunciação? Com esse problema em vista, meus objetivos com este trabalho são: a) descrever, de modo preliminar, alguns traços prototípicos do gênero “pronunciamento de abertura de um fórum diplomático multilateral”; b) evidenciar, mediante análise do *corpus*, o caráter *exordial* do gênero em questão.

Como objeto de análise, selecionei o pronunciamento de Antonio Guterrez, Secretário Geral da ONU (SGNU), na abertura do Debate Geral da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A fala ocorreu, no dia 19 de setembro de 2023, na sede mundial da entidade, em Nova York, Estados Unidos.

De acordo com Franchini Neto e Turner (2021, p. 7), embora esteja diretamente vinculada a uma infinidade de decisões que impactam, em maior ou menor medida, a vida cotidiana de todos, a diplomacia ainda é bastante desconhecida pela maioria das pessoas. Eles defendem que “[a] diplomacia é, ao fim e ao cabo, o exercício de uma função pública, em torno de políticas públicas e em prol da população. Para que possa ser mais bem compreendida, criticada e até aprimorada, é conveniente, assim, melhor conhecê-la” (*idem.*). Em que pese haver, no mundo da pesquisa científica, uma quantidade crescente de estudos que procuram investigar as especificidades dos discursos diplomáticos a partir de diferentes entradas disciplinares, é verdade também que há ainda muito para se conhecer acerca do objeto, especialmente se o lermos sob um prisma linguístico, discursivo e argumentativo.

O ponto de partida deste trabalho é o princípio da argumentatividade. Na esteira de Amossy (2018), entende-se que a argumentação é constitutiva de todo e qualquer discurso, na medida que todo sujeito, ao produzir um ato de linguagem, visa a convencer, seduzir, influenciar o outro. Tal movimento pode ser explícito (ou seja, os discursos podem ter uma orientação/*visée* argumentativa) ou não (os discursos teriam, neste caso, uma *dimensão* argumentativa).

Os discursos diplomáticos não são exceção a esse princípio, ainda mais porque são incluídos, ao menos até certo ponto, no campo mais geral do discurso político (Piris, Dagatti & Gonçalves-Segundo, 2022). Mirando a situação comunicativa em que se dá a enunciação de uma realização do gênero discursivo “pronunciamento de abertura em fóruns diplomáticos multilaterais”, é possível entender sob quais condições socioinstitucionais a argumentação diplomática é construída.

As sessões ordinárias da AGNU acontecem anualmente desde a fundação da ONU, em 1945. Normalmente começam no final de setembro e se estendem por muitos meses, em uma série de reuniões sobre temas da agenda internacional. O “Debate Geral”, que inicia os trabalhos de cada sessão anual, é uma reunião de cúpula em que um representante oficial de cada Estado-membro profere um pronunciamento para seus pares, traçando as diretrizes de política internacional de seu país. Antes dos Estado-membros se dirigem à Assembleia, cabe ao Secretário-Geral da ONU (SGNU) fazer uma intervenção oficial em nome da entidade.

Em uma leitura preliminar, percebe-se que a enunciação do pronunciamento configura uma espécie de “abertura da abertura”, isto é, de um encaixamento de aberturas. Disso provém a hipótese de que o gênero em questão — o pronunciamento do SGNU — funcionaria como uma espécie de *exórdio* em relações aos pronunciamentos dos chefes de Estado/governo subsequentes, que, por sua vez, funcionariam no seu conjunto como um grande exórdio da sessão anual da AGNU. Assim sendo, observaremos o quadro situacional do qual emerge o *corpus* analisado, cotejando-o com as características associadas à noção de exórdio, para, na sequência, avaliar, com base nos dados recolhidos na análise, se se confirma a hipótese de que o pronunciamento em questão possuiria, a partir dos elementos internos à sua enunciação, um “caráter exordial”.

Neste artigo, apoio-me, fundamentalmente, nas contribuições da Retórica Clássica (Aristóteles, 2011) e da “Nova Retórica” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005) sobre as funções do exórdio, e nas reflexões de Lima (2022a, 2022b) sobre gêneros discursivos.

Em relação aos procedimentos de análise, como se trata de um texto relativamente longo — sua elocução dura 29 minutos e 09 segundos —, selecionei dois excertos do pronunciamento, ambos sobre a temática das crises humanitárias. A escolha desse tópico se deve ao fato de que ele parece estar implicado em todo o discurso, apesar de ser apresentado explicitamente apenas nos fragmentos selecionados. A gravação do pronunciamento — originalmente proferido em inglês, francês e espanhol — está disponível no canal do Youtube da ONU Brasil. Embora saiba que a multimodalidade (a prosódia, a proxêmica etc.) também desempenha papel importante na argumentação, sobretudo no que tange à expressão das emoções e à projeção de imagens, o foco do trabalho será analisar os efeitos de sentido decorrentes da estrutura macrotextual em sua materialidade verbal. Optei pela análise do texto traduzido, pois adentrar nas especificidades de cada língua acionada pelo orador fugiria dos objetivos delimitados para este trabalho.

Finalmente, o artigo está estruturado da seguinte maneira: começo fazendo uma breve exposição sobre as características do exórdio; em seguida, apresento, de maneira sumária, alguns aspectos do gênero ao qual pertence o texto que constitui o *corpus*; adiante, passo à análise de excertos do texto; e, à guisa de conclusão, teço algumas considerações sobre os resultados e os possíveis desdobramentos do estudo.

FUNÇÕES ARGUMENTATIVAS DO EXÓRDIO

Em sua *Retórica*, Aristóteles sistematiza um conjunto de categorias que conformam o edifício da *téknē rhētoriké*, ou “arte retórica”. Nele, o filósofo de Estagira estabelece os quatro “cânones” do sistema retórico, que dizem respeito à *erga* (isto é, a “tarefas” ou “operações”) executadas pelo orador em seu empenho de erigir um discurso persuasivo. Sobre eles, Lima (2022b) afirma que

A retórica se organiza em um sistema, o qual mobiliza elementos cruciais a performance de um bom orador: *inventio* (*heurésis*), *dispositio* (*taxis*), *elocutio* (*lexis*) e *actio* (*hypocrisis*), além da memória, acrescentada pelos latinos. Esses elementos componentes do sistema retórico são “atos de uma estruturação progressiva” (Barthes, 1975, p. 49). Eles pressupõem um trabalho paulatino do orador, que pode seguir uma ordem, indo da primeira à última tarefa (*erga*), ou pode seguir em diferentes direções. O importante é que o sujeito passe por todas as etapas, que cumpra as tarefas (Lima, 2022b, pp. 149-150).

A autora destaca a indissociabilidade entre as tarefas e acrescenta, na esteira de Reboul (2004), que tal sistema serve, para além da função persuasiva definida por Aristóteles, uma função hermenêutica, heurística e pedagógica. Em outras palavras, seguir este passo a passo é útil não apenas como meio de produzir discursos capazes de influenciar os outros, mas também como meio de interpretar discursos de outrem, como meio de descoberta e como meio de ensino. Sobre tais funções, é importante salientar que elas também são solidárias entre si, dada a conexão entre produção e recepção de discursos, entre o ensino e a aprendizagem de saberes e habilidades retóricas.

Seguindo em frente, Lima define cada um dos cânones da seguinte maneira:

a *inventio* diz respeito ao momento do planejamento; a *dispositio* à ordenação dos argumentos em uma estrutura que segue os seguintes elementos: exórdio, narração, argumentos/provas e peroração; a *elocutio* é o momento de conferir o estilo conveniente; *actio* é a *mise en scène* e, por fim, a memória está relacionada à mnemotécnica (Lima, 2022b, p. 150).

Tomando essa definição básica como ponto de partida, damos um passo à frente, para entender, ainda que de maneira sumária, o papel desempenhado pela *dispositio* e, mais especificamente, pelo *exórdio* na construção deste “percurso argumentativo” ou “via argumentorum”, fazendo alusão à metáfora do caminho apontada por Lima (2022b).

Sobre as fases da *dispositio*, temos uma variedade de taxonomias no decurso da história da retórica e da argumentação. Porém, o esquema mais amplamente utilizado divide-se nas quatro etapas citadas acima por Lima: a) o exórdio (início ou abertura do discurso); b) a narração (narrativa e descrição dos acontecimentos em torno de um caso); c) a argumentação (apresentação de razões sustentadoras de um posicionamento); e d) a peroração (conclusão do discurso). A etapa da argumentação é subdividida em *confirmação* (apresentação de argumentos favoráveis a uma tese) e *refutação* (apresentação de contra-argumentos a teses contrárias).

De volta à Aristóteles, o autor admite que, a depender do gênero retórico (deliberativo, judicial ou epidítico) e das circunstâncias da interação, as funções ou mesmo o grau de importância das partes da *dispositio* podem variar (2011, p. 250-251). Por exemplo, para o Estagirita, em certas situações em que não haja controvérsia entre orador e auditório, o exórdio e a peroração podem ser suprimidos, para se ‘ir direto ao ponto’, por assim dizer. Ou seja, o exórdio é dispensável “quando o assunto é evidente

por si e pouco importante” (Aristóteles, 2011, p. 253). Sobre esse aspecto em particular, Gundersun (2009) defende que existem complicações importantes no esquema, pois,

[...] [h]á várias versões concorrentes dessa taxonomia geral e da terminologia a ser usada na própria taxonomia. [...] Em um determinado discurso, os elementos podem ser expandidos, contraídos, reorganizados ou até mesmo omitidos. As considerações estratégicas sempre prevalecerão sobre as formais (Gundersun, 2009, p. 292).¹

Ou seja, o que podemos deduzir da citação acima, ainda que preliminarmente, é que os componentes da *dispositio* possuem certa maleabilidade tanto em termos formais quanto funcionais, dependendo das condições concretas da situação comunicativa.

É na seção 14 do Livro III da *Retórica* que Aristóteles se detém em descrever as propriedades do exórdio.

Aristóteles começa afirmando que eles, de uma maneira geral, “pavimentam o caminho para o que vai se seguir” na enunciação, já que “oferecem uma indicação do assunto para que o ouvinte se inteire da questão abordada e para que sua mente não permaneça em suspense, uma vez que aquilo que é indefinido leva o espírito a dispersar-se” (Aristóteles, 2011, pp. 252-253). O exórdio seria, portanto, uma preparação cognitiva necessária para conduzir o auditório rumo aos objetivos preestabelecidos pelo orador. A prevenção do auditório quanto ao assunto e quanto ao percurso da argumentação tem a vantagem de contribuir para uma economia cognitiva, uma vez que, mediante a sinalização daquilo que é mais importante no discurso, reduz-se o esforço hermenêutico dos destinatários do discurso. Percebe-se, portanto, que se trata de uma função que incide sobre a dimensão do *logos*, pelo menos no que tange à organização e à progressão temática do discurso. Porém, como veremos adiante, as funções do exórdio também estão ligadas ao *ethos* e ao *pathos*.

Na visão do filósofo, os exórdios funcionam como recursos para que o orador crie, no e pelo próprio discurso, uma imagem positiva acerca do seu caráter. Ao dirigir-se ao auditório, o orador tem como meta

[...] conseguir dele [o auditório] sua benevolência ou provocar sua cólera, algumas vezes atrair sua atenção ou, ao contrário, fazê-lo distrair-se. [...] Todos esses meios [...] concorrem para a obtenção da receptividade do ouvinte, dando uma boa impressão do caráter do orador [...]. (Aristóteles, 2011, p. 254)

Vemos aqui uma incidência do *ethos*, isto é, da dimensão da projeção de imagens sobre os propósitos dos exórdios. Os latinos denominaram de *captatio benevolentiae* a essa primeira boa

¹No original, em inglês: “[...] [t]here are several competing versions of this overall taxonomy and of the terminology to be used within the taxonomy itself. This template is ideally suited for judicial speeches. Within any given speech elements might be expanded, contracted, rearranged, or even omitted. Strategic considerations will always trump formal ones.”

impressão sobre o orador que mira a conquista da boa vontade do ouvinte (MacDonald, 2017, p. 776), bem como estabelecer condições de credibilidade e de legitimidade da autoridade para si mesmo. Neste caso, temos uma *preparação intersubjetiva* do auditório. A pessoa que toma a palavra pode modular a atenção de maneiras distintas, focalizando-a para si mesma, para seus adversários, para o auditório, ou ainda, levando este último a distrair-se por meio de diferentes expedientes (apelo ao humor, digressões etc.). Em todo caso, as imagens projetadas — as de si e/ou as dos outros — geram efeitos de sentido variados, nem sempre esperados ou desejados. É possível que o auditório (ou uma parte dele) rejeite a figura do orador logo na saída da argumentação.

Outra propriedade do exórdio para o Estagirita é a de “dar o tom” do discurso, de modo análogo ao que as flautas fazem no prelúdio musical (*idem*). Esse “tom” diz respeito a uma *preparação emocional* do auditório, ao *pathos*, portanto. É sabido que Aristóteles deu às emoções um lugar de destaque em sua *Retórica*, dedicando-lhes uma seção inteira do tratado (o Livro II) à análise das principais implicações da expressão emocional do ponto vista de seus impactos para a argumentação. E, no que concerne particularmente ao exórdio, cabe ao orador suscitar emoções que deixem seus interlocutores “compassivos e amistosos” (Aristóteles, 2011, p. 255-256).

Esse trabalho preliminar sobre as emoções não atua a favor apenas da construção do caráter do orador. Ele está diretamente ligado à própria função listada, que consiste em avaliar positiva ou negativamente uma situação, um acontecimento, um indivíduo ou uma coletividade. Eis um processo presente, em maior ou menor medida, em todas as modalidades e fases da argumentação, mas que, na visão de Aristóteles, é mais evidente nos exórdios dos discursos epidícticos, tendo em vista que eles “são extraídos do louvor ou da glória” (Aristóteles, 2011, p. 252). Em outra passagem, o autor da *Retórica* afirma que

Nos exórdios do gênero epidíctico, deve-se fazer o ouvinte imaginar que o louvor o inclui, ou sua estirpe, ou sua profissão, ou uma coisa ou outra a ele relacionada. O que diz Sócrates na *Oração Fúnebre* é verdadeiro: “A dificuldade não está em louvar os atenienses em Atenas, mas Esparta.” (Aristóteles, 2011, p. 256)

Ora, sabemos que é próprio do gênero epidíctico amplificar valores compartilhados por um grupo, galvanizando convicções e fomentando certo senso de coesão entre as pessoas. Logo, tanto no ato de louvar quanto no de censurar, recorre-se à *doxa* como uma matriz de processos de identificação entre os interlocutores e de construção de identidades.

A última, mas não menos importante, função do exórdio seria a de aconselhar, isto é, incentivar alguém a fazer algo ou dissuadir alguém de fazê-lo (Aristóteles, 2011, pp. 252-253). Nesse sentido, poderíamos incluir a exortação, que é um chamado à ação. Mediante tal ato de linguagem, o orador

costuma apelar a promessas e a ameaças. Em todo caso, emoções são mobilizadas visando, em última análise, influenciar o auditório (Avram, 2006).

Antes de finalizarmos esta seção, duas observações.

Primeira: não digo que as funções acima destacadas, com exceção da primeira talvez, se manifestam exclusivamente no exórdio. O texto aristotélico não afirma nem sugere isso em nenhum momento. O que me parece mais lícito de se pensar, à luz das palavras de Aristóteles, é que o fato de a enunciação de um texto desempenhar no seu início tais funções concorre, ao fim e ao cabo, para *preparar*, para *instaurar*, para *inaugurar* a argumentação, envolvendo, seduzindo, condicionando, ou ainda “aquecendo” os participantes envolvidos na situação comunicativa para os próximos passos da trajetória argumentativa.

Segunda: é interessante notar que entre as partes da *dispositio* e as ações/tarefas (*erga*) da *inventio* há uma sinergia. Uma demonstração disso é que a tríade formada por *ethos*, *pathos* e *logos* — instâncias fundamentais da “invenção” — opera de modo articulado no exórdio. Isso vai além do que tradicionalmente foi preconizado pela retórica clássica posterior a Aristóteles, que associa cada parte da *dispositio* a uma das três provas retóricas (o exórdio ao *ethos*; a narração e a argumentação ao *logos*; e a peroração ao *pathos*). Todavia, creio que, embora se possa falar, para cada parte, de uma tendência maior ou menor a uma das três instâncias, em termos teóricos e metodológicos, não entendo que precisamos nos limitar a esse esquema.

Agora, dando um salto temporal, chegamos a algumas rápidas considerações feitas pelos teóricos da “Nova Retórica” sobre o papel do exórdio.

Em primeiro lugar, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005, p. 561) defendem que, ao contrário do que Aristóteles às vezes parece sugerir, o exórdio não seria uma parte menos útil do que as demais (especialmente a narração e a argumentação). A presença de uma introdução em um texto (seja ele oral ou escrito) não possui nada de fortuita ou protocolar. Pelo contrário, para que a argumentação seja eficaz, espera-se que todos os momentos da enunciação e todas as partes do enunciado final, o texto, atuem de maneira coordenada, mas também específica, em prol da adesão dos espíritos.

Em segundo lugar, os autores reafirmam que a necessidade (decorrente da funcionalidade) do exórdio decorre do fato de que ele “sempre será adaptado às circunstâncias do discurso, ao orador e ao auditório, ao assunto tratado, aos eventuais adversários” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 562). Nesse sentido, o grau de adaptabilidade determina o grau de utilidade do exórdio no conjunto da argumentação.

Tal maleabilidade do exórdio converge com o forte poder que o auditório exerce na *mise-en-scène* argumentativa no seu conjunto, isso segundo a visão de Perelman & Olbrechts-Tyteca. Diga-se de passagem, o auditório ocupa um lugar central no desenvolvimento teórico do *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Isso fica patente quando os autores declaram que

o exórdio é a parte do discurso que visa mais especificamente atuar sobre as disposições do auditório; é por isso que será objeto de nossa análise. Seu objetivo será conquistar o auditório, captar a benevolência, a atenção, o interesse. Fornecerá também certos elementos dos quais nascerão argumentos espontâneos tendo o discurso e o orador como objeto. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 561)

Dito de outra maneira, o exórdio é, na maioria das situações, indispensável justamente porque “[g]arante as condições prévias da argumentação” (*idem*). Uma dessas condições prévias é exatamente a adaptação do orador ao auditório. Seja quando há interlocução seja quando a enunciação é monologal, presenciamos invariavelmente a projeção de um auditório pelo orador. Neste caso, referimo-nos mais a uma instância de funcionamento da argumentação do que a seres empíricos, isto é, o auditório, assim como orador, são entidades engendradas no e pelo discurso.

Podemos depreender dessa leitura ao menos cinco funções argumentativas essenciais: a) informar o tema do discurso; b) projetar uma imagem de si favorável; c) suscitar emoções que induzam a persuasão; d) avaliar uma situação; e) aconselhar o auditório.

À guisa de conclusão desta seção, fica claro que o que define o exórdio essencialmente não é somente seu lugar de anterioridade dentro da macroestrutura do texto, mas sim as funções que ele desempenha: informação, apelo às imagens dos sujeitos, apelo emocional, avaliação, conselho. Outras tantas funções podem ser acrescentadas a essa lista. Elas se materializam em estratégias retóricas, em recursos linguísticos e discursivos, para conferir ao conjunto do texto eficácia argumentativa. Como todo texto é fruto da interação, fica claro também que é o movimento de adaptação do enunciador (o orador, o escritor etc.) em direção aos seus coenunciadores (os ouvintes, os leitores etc.) que definirá as feições não apenas do exórdio e da disposição, mas da totalidade de um texto.

NOTAS SOBRE O GÊNERO DISCURSIVO “PRONUNCIAMENTO DE ABERTURA EM FÓRUMS DIPLOMÁTICOS MULTILATERAIS”

Passemos a uma breve descrição do gênero discursivo “pronunciamento de abertura em fóruns diplomáticos multilaterais”. Para isso, algumas considerações gerais sobre a noção de gêneros. Lima (2022a, p. 177-180) apresenta uma série de passos para se empreender uma análise argumentativa dos discursos. E o primeiro passo consiste na caracterização do gênero discursivo, pois não temos acesso direto a discursos, mas sim a textos com propriedades relativamente regulares. O segundo passo, diretamente ligado ao primeiro, é avaliar o quadro enunciativo no qual emerge um texto. Isso significa identificar a situação comunicativa, os sujeitos envolvidos na enunciação, a identidade desses sujeitos, a natureza da enunciação (se monologal ou dialogal). Por fim, o(a) analista também deve se atentar às condições sócio-históricas da enunciação, aos eixos temáticos do texto, aos *topoi* e à incidência das provas retóricas no texto (imagens de si e do outro, emoções e recursos languageiros).

Lima defende que a análise de um gênero também deve ser considerada sob o “filtro da retórica”,

Na formulação de Aristóteles sobre os gêneros, os três critérios – (1) o ouvinte ao qual o locutor/orador se dirige, (2) o conteúdo e (3) o tempo que se tem em vista e seu fim – ainda hoje servem a reflexão sobre o assunto. O fim do discurso, em sua mirada através do filtro da retórica, e sempre um alocutário/auditório, cujo papel pode ser de espectador, de juiz ou de alguém que delibera. São três gêneros para três auditórios: deliberativo (decisivo/político), epidítico (demonstrativo) e judiciário (forense). Evidentemente, assim como os gêneros são infinitos, os tipos de auditórios também o são. (Lima, 2022b, p. 153)

Em seguida, a autora apresenta as definições gerais dos três gêneros retóricos legados pela tradição aristotélica. O gênero deliberativo “é orientado para a tomada de decisões sobre questões da cidade, aconselhando e desaconselhando, tendo em vista o futuro e a partir de valores relativos ao conveniente ou prejudicial” (Lima, 2022b, p. 153). O gênero epidítico, “desvalorizado em relação ao deliberativo e ao judiciário [pela retórica clássica], dirige-se ao espectador e orienta-se para o elogio e a censura”, falando “do belo e do feio, no aspecto da moralidade” (*idem*). O gênero deliberativo, por sua vez, “serve de acusação ou defesa e é orientado para que o auditório/tribunal vote sobre a tese do orador” (*idem*). Sobre o tempo visado, enquanto o deliberativo volta-se para o futuro, o epidítico olha para o presente e o judiciário, para o passado. No que compete aos valores balizadores da argumentação, os pares útil/nocivo, justo/injusto e nobre/vil são mais presentes no deliberativo, no judiciário e no epidítico, respectivamente.

Lima (2022b, p. 154-155) ressalta que, ao contrário de certa tendência histórica à subestimação de sua importância dentro no sistema retórico, o epidítico cumpre um papel muito importante na análise de discursos sociais, já que ele opera uma amplificação de valores compartilhados por uma comunidade discursiva.

Com base nesse quadro bem geral, chegamos ao gênero “pronunciamento de abertura em fórum diplomático multilateral”. Em um estudo sobre pronunciamentos governamentais no Debate Geral da AGNU, Piris & Dagatti (2021) sustentam que eles possuem duas características fundamentais: a projeção de imagens (de si e do outro) e o caráter eminentemente epidítico. Sobre ambas, os autores argumentam que

Esses discursos produzem imagens que funcionam como modelos a serem seguidos e também como antimodelos a serem rejeitados, por meio da construção de relações de aliança e antagonismo que se expressam por meio do que a retórica antiga conhece como gênero epidítico: discursos de elogio ou censura a uma pessoa, seus atos ou feitos atribuídos ao seu governo. Assim, parece-nos que o gênero epidítico é constitutivo do discurso do representante governamental na AGNU, pois o Debate Geral é o espaço para a expressão de elogios e/ou censuras de valores e posições

políticas sobre questões humanitárias, sociais, econômicas e militares de interesse das nações [...]. (Piris & Dagatti, 2021, p. 239)²

Em suma, os atos epidícticos de elogiar ou censurar estão alicerçados em modelos ou antimodelos, que, por sua vez, são imagens discursivas fundadas em determinados valores. No texto em questão, Piris & Dagatti se concentraram nos pronunciamentos dos Estados-membro da ONU. Porém, neste trabalho, estendemos essas considerações ao pronunciamento do Secretário Geral da ONU, com algumas diferenças.

Dentre elas, destaca-se o papel social do sujeito responsável pela enunciação: não é o representante de uma nação, mas sim o de um organismo multilateral (a ONU) que abre oficialmente as falas na AGNU. Assim sendo, ele fala em nome de uma entidade que se propõe falar em nome de *todas* nações. Ou seja, trata-se de um sujeito que tende a assumir, mais do que os demais oradores do Debate Geral, uma posição de universalidade mais marcado (um *ethos* cosmopolita). Pelo menos em teoria, em virtude do papel institucional assumido, a função daquele(a) que responde pela principal entidade diplomática do mundo contemporâneo é tentar construir um discurso que vá além dos inúmeros interesses particulares — e quase sempre conflitantes —, que constituem a sociedade global. Em outras palavras, a finalidade do pronunciamento do(a) SGNU adquire um sentido ligeiramente distinto dos enunciados pelos Estados-membros precisamente porque, em tese, serve para criar condições favoráveis para o sucesso da atividade diplomática, e levar adiante a celebração de acordos entre os diversos atores da cena internacional. Aliás, esse caráter preparatório da intervenção do SGNU converge com o que já foi dito a respeito das funções do exórdio.

Na próxima seção, examino o pronunciamento de Antonio Guterrez, atual Secretário-Geral da ONU, na abertura do Debate Geral da 78ª AGNU (2023), para avaliar em que medida ele desempenha o papel de exórdio em relação ao próprio Debate Geral. Serão observadas marcas languageiras que apontam para as funções do exórdio apresentadas na seção 1.

UM MOVIMENTO DE ANÁLISE

Como já foi dito, parto da hipótese de trabalho de que o gênero “pronunciamento de abertura em fórum diplomático multilateral”, embora possa ser lido como um texto independente, também pode

² No original, em espanhol: “Estos discursos producen imágenes que funcionan como modelos a seguir y también como antimodelos a rechazar, mediante la construcción de relaciones de alianza y antagonismo que se expresan a través de lo que la antigua retórica conoce como género epidíctico: discursos de alabanza o de censura a una persona, sus actos o hechos atribuidos a su gobierno. Así, nos parece que el género epidíctico es constitutivo del discurso del representante gubernamental en la AGNU, porque el debate general es el espacio para la expresión de alabanza y/o de censura a valores y posiciones políticas sobre los temas humanitarios, sociales, económicos y militares que interesan a las naciones [...]”.

ser lido como um “exórdio” de um corpo maior: o conjunto de pronunciamentos no Debate Geral da AGNU.

Começemos pelo exórdio interno ao pronunciamento de Guterrez, que segue abaixo:

EXTRATO 1

Presidente da Assembleia Geral, Excelências, senhoras e senhores,

Há apenas nove dias, muitos dos desafios do mundo se fundiram em um terrível cenário infernal.

Milhares de pessoas em Derna, na Líbia, perderam suas vidas em uma enchente épica e sem precedentes.

Elas foram vítimas de múltiplas formas:

- Vítimas de anos de conflito.
- Vítimas do caos climático.
- Vítimas de líderes - próximos e distantes - que não conseguiram encontrar um caminho para a paz.

O povo de Derna viveu e morreu no epicentro dessa indiferença - quando os céus liberaram 100 vezes a precipitação mensal em 24 horas... quando as represas se romperam após anos de guerra e negligência... quando tudo o que eles conheciam foi varrido do mapa.

Mesmo agora, enquanto falamos, corpos estão sendo levados para a costa do mesmo Mar Mediterrâneo onde bilionários tomam banho de sol em seus super iates.

Derna é um triste retrato da situação do nosso mundo - o dilúvio da desigualdade, da injustiça, da incapacidade de enfrentar os desafios ao nosso redor.

(Organização das Nações Unidas Brasil [ONU BRASIL], 2023)

De saída, o orador decidiu dar início à sua fala trazendo o relato de uma crise humanitária ocorrida em Derna, cidade litorânea da Líbia, que havia sido devastada por uma forte enchente, iniciada no dia 10 de setembro de 2023, às vésperas do Debate Geral daquele ano. Tal escolha reflete a necessidade de mostrar uma imagem de alto impacto sobre os problemas globais, apresentados pelo representante oficial da ONU. É grande a variedade de marcas dóxicas associadas às ideias de catástrofe: alusão ao inferno em “terrível cenário infernal”; alusões à morte em “milhares de pessoas [...] perderam suas vidas”; menções à “guerra”, etc.

Percebe-se que a introdução desempenha uma função emocional, pois tais expressões acima possuem um forte apelo afetivo. A um só tempo, podem ser vistas como a expressão da empatia, mas também da indignação do orador perante o flagelo humano ao qual se refere e ser interpretadas como uma crítica à apatia imputada a outrem. Com isso, o orador provavelmente pretende suscitar, dentre outras emoções, a vergonha nos alvos da crítica. O emprego da antítese que coloca em um mesmo plano os ‘corpos das vítimas’ e os ‘iates dos bilionários’ resume o tom de censura da passagem. Por meio desses recursos, o orador projeta uma imagem de si de um enunciador solidário, humanista, prudente e preocupado com as mazelas sofridas pelas vítimas. Ele projeta uma imagem do outro de indiferença, de negligência, de imprudência e de desumanidade. A ilustração como um todo serve como um antimodelo da conduta dos atores internacionais, que é acionado no gesto de censura do orador em relação ao seu público.

O orador segue em sua crítica no fragmento seguinte:

EXTRATO 2

Excelências,

Em todo o mundo, antigas tensões se agravam enquanto surgem novos riscos.

O desarmamento nuclear está em um impasse, enquanto os países desenvolvem novas armas e fazem novas ameaças.

- Em todo o Sahel, uma série de golpes de Estado está desestabilizando ainda mais a região, enquanto o terrorismo ganha terreno.
- O Sudão está entrando em uma guerra civil em grande escala, milhões de pessoas fugiram e o país corre o risco de se dividir.
- No leste da República Democrática do Congo, milhões de pessoas estão desalojadas e a violência de gênero é uma terrível realidade diária.
- No Haiti, um país que sofreu séculos de exploração colonial está hoje dominado pela violência das gangues - e ainda aguarda apoio internacional.
- No Afeganistão, um número impressionante de 70% da população precisa de assistência humanitária e os direitos das mulheres e meninas estão sendo sistematicamente negados.
- Em Mianmar, a violência brutal, o agravamento da pobreza e a repressão estão acabando com as esperanças de um retorno à democracia.
- No Oriente Médio, a escalada da violência e o derramamento de sangue nos Territórios Ocupados Palestinos estão cobrando um preço terrível dos civis. Ações unilaterais estão intensificando-se e minando a possibilidade de uma solução de dois Estados - o único caminho para uma paz duradoura e segurança para palestinos e israelenses.
- A Síria continua em ruínas, enquanto a paz permanece remota.

Enquanto isso, os desastres naturais estão piorando o desastre do conflito causado pelo homem.

Diante dessas crises crescentes, o sistema humanitário global está à beira do colapso.

As necessidades estão aumentando. E o financiamento está se esgotando.

Nossas operações humanitárias estão sendo forçadas a fazer cortes massivos.

Mas se não alimentarmos os famintos, estaremos alimentando conflitos.

Peço a todos os países que se mobilizem e financiem integralmente o Apelo Humanitário Global.

(ONU BRASIL, 2023)

Aqui vemos que o orador agora se vale da enumeração de uma série de crises em diferentes países (Sudão, República Democrática do Congo, Haiti, Afeganistão, Mianmar, Síria) ou regiões (Sahel, Oriente Médio), todos sofrendo com golpes de Estado, guerras civis, crises humanitárias, violência etc. Esse expediente é empregado com o intuito de apresentar um conjunto de situações ameaçadoras aos valores, aos regimes e às instituições caras à ordem internacional representada pela ONU.

A principal emoção suscitada mediante esse quadro geral de ameaças à paz, à democracia, aos direitos humanos é o medo. Ele não está dito no enunciado, nem pode ser diretamente inferido por marcas textuais, mas pode ser inferido pelo contexto sócio-histórico da enunciação. A ideia de colapso geral de um sistema normalmente é vista como um efeito de um conjunto acumulado e disseminado de crises, em diferentes setores e territórios.

No final da passagem, o orador faz uma exortação para que os Estados-membros fortaleçam uma iniciativa institucional da ONU na área ajuda humanitária. Neste ponto, vemos uma transição da ameaça, tendo o medo como fio condutor, à incitação da ação política do auditório. Ainda que de uma

maneira sutil, a inserção da proposta está ancorada em uma defesa das práticas da ONU — a solicitação de apoio ao Apelo Humanitário Global—, e, por extensão, da crença de que a diplomacia multilateral é um instrumento eficaz para enfrentar problemas de alcance global. Quanto ao *ethos*, o orador sustenta na maior parte do tempo as mesmas projeções de imagem de si e do outro já citadas.

CONCLUSÕES

Recapitulando o caminho feito até aqui, é possível perceber que o orador procura alcançar uma série de objetivos argumentativos que são típicos dos exórdios: *preparar cognitivamente* o auditório, destacando os temas-chave de sua enunciação; *preparar intersubjetivamente* o auditório, tentando angariar sua confiança/benevolência mediante a projeção de imagens discursivas; e *preparar emocionalmente* o auditório, suscitando emoções que induzam a adesão a determinadas teses. Neste caso em participar, “preparação” aponta para a ideia de “direcionamento”, ou seja, de orientar os demais oradores (Estados-membros), de demonstrar um papel dirigente em relação não somente ao sentido geral do evento em si (o Debate Geral), mas sobretudo em relação aos rumos da ordem internacional. Tais características conferem ao pronunciamento do SGNU um caráter exordial. E isso não é o que ocorre apenas em virtude da *anterioridade cronológica* do pronunciamento de abertura, mas também em decorrência do lugar de *primazia* (de autoridade) reivindicado pelo orador, dado o seu papel institucional e o quadro situacional da enunciação.

Outro aspecto fundamental da argumentação deste *corpus* é que seu caráter exordial está em consonância com a dimensão epidítica de discursos diplomáticos como os que circulam em fóruns multilaterais como a AGNU. É sabido que é próprio de textos predominantemente epidíticos o jogo entre louvor e censura, a amplificação de determinados valores constitutivos da *doxa* diplomática contemporânea (multilateralismo, direitos humanos, paz, segurança etc.) e a ancoragem em modelos e/ou antimodelos, dentre outras estratégias argumentativas. Se é verdade que elas podem ser acionadas em qualquer “parte” da *dispositio* de um texto, parece ser verdade também que elas ganham uma funcionalidade especial quando o conjunto do texto cumpre o papel de exórdio.

Por fim, chegamos a duas conclusões.

A primeira delas é que, se considerarmos apenas a incidência das funções do exórdio elencadas por Aristóteles, a enunciação do pronunciamento em sua totalidade *talvez* pode ser entendida como um grande exórdio da situação comunicativa em que o pronunciamento está inserido (no caso, o Debate Geral da AGNU). Além de estabelecer a pauta da reunião (informar os assuntos centrais), o orador busca a benevolência do auditório, projetando imagens de si e do outro que estão ancoradas em um conjunto de emoções (empatia, indignação, preocupação, medo etc.). Estas últimas dão o tom da discussão em torno dos valores subjacentes à agenda internacional contemporânea.

A segunda conclusão refere-se à dimensão epidítica do discurso diplomático multilateral. O ato de censura instaura um discurso polêmico, pois opera uma dissociação entre orador e auditório em torno de uma determinada questão (a crise humanitária, como analisado nos fragmentos). Já o elogio busca reestabelecer uma conciliação, uma vez que promove uma associação entre ambas as instâncias (como visto no recurso à exortação, no extrato 2).

Vale ainda ressaltar que este gesto de leitura não esgota todas as questões. Uma análise comparativa dos pronunciamentos no Debate Geral – senão de todos, pelo menos de uma amostra deles – permitiria apreender com maior profundidade em que medida a fala do Secretário-Geral da ONU prepara ou não, influencia ou não, a fala dos chefes de Estado e/ou de governo na AGNU.

REFERÊNCIAS

Amossy, R. (2018). *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto.

Aristóteles. (2018). *Retórica*. São Paulo: Edipro.

Avram, W. D. (2006). Exhortation. In: Sloane, T. O. (Ed.). *Encyclopedia of Rhetoric* (pp. 294-299). Oxford: Oxford University Press. The Midnight University.

Bull, H. (2002). *Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Gunderson, E. (Ed.). (2009). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press.

Franchini Neto, H.; Turner, I. B. G. F. (2021). *Um pouco de diplomacia*. São Paulo: Saraiva Educação.

Lima, H. M. R. de. (2022a). *Argumentação no discurso: problemáticas e perspectivas*. In Azevedo, I. C. M. de; Damasceno-Morais, R. (Org.). *Introdução à análise da argumentação* (pp. 163-192). Campinas, SP: Pontes Editores.

Lima, H. M. R. de. (2022b). *Via argumentorum: notas sobre a importância da inventio* (pp. 149-159). In Butieri, K. & Ferreira, L. A. (Org.). *Sistema Retórico: Inventio*. São Paulo: Blucher.

MacDonald, M. J. (Ed.). (2017). *The Oxford Handbook of Rhetorical Studies*. Oxford: Oxford University Press.

Nicholson, H. (1994). *La Diplomacia*. México: Fondo de Cultura Económica.

Organização das Nações Unidas Brasil. (2023). *Abertura do Debate Geral da 78ª sessão da Assembleia Geral da ONU*. Recuperado em 08 de julho, 2024 de <https://brasil.un.org/pt-br/246529-abertura-do-debate-geral-da-78%C2%AA-sess%C3%A3o-da-assembleia-geral-da-onu#:~:text=Discurso%20do%20secret%C3%A1rio%2Dgeral%20da,19%20de%20setembro%20de%202023>.

Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Piris, E. L. & Dagatti, M. (2021). El discurso político en la 74ª Asamblea General de las Naciones Unidas: el caso de los presidentes de Brasil y Argentina (pp. 251-282). In Carvalho, J. R., Leurquin, E., Azevedo, I. & Carneiro, M. *Agir de linguagem na escola e na universidade*. São Luís: EDUFMA.

Piris, E. L., Dagatti, M. & Gonçalves-Segundo, P. R. (Orgs.). (2022). *Sudamérica en su laberinto: análisis del discurso político sudamericano en la Asamblea General de las Naciones Unidas en 2019 y 2020*. São Paulo: FFLCH/USP.

Plantin, C. (2016). *Dictionnaire de l'argumentation*. Introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions.

Ramos, D. (2022). *Introdução às Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto.

Reboul, O. (2004). *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.